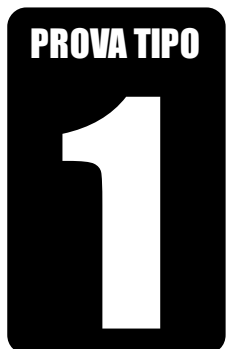


Serviço Público Federal

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CONCURSO PÚBLICO 2014



Cargo de Nível Superior:

ADMINISTRADOR

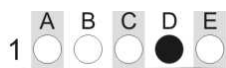
Provas de Português, Raciocínio Lógico,
Noções de Administração Pública e Conhecimentos Específicos

2014

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Antes de iniciar** a prova, **confira** se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também se contém **80 (oitenta)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
4. O tempo disponível para esta prova é de **quatro horas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
5. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **três horas** do início da aplicação.
6. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, confira seu **nome, número do seu documento de identificação, tipo de prova e cargo escolhido**.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas** de questões objetivas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** de questões objetivas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:



9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada, emendada ou com "X", não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica, considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** de questões objetivas, e **assine a Lista de Presença**.
14. Na sala que apresentar apenas 1 (um) Fiscal, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se da sala juntos, após a **assinatura da Ata de Encerramento** de provas.
15. **Assine** neste Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).

Nº do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):

Universidade
Federal de Alagoas
(Edital nº 026/2014)





PORTUGUÊS

A questão 1 refere-se ao texto abaixo.

Globalmente, apenas um décimo das lavouras do mundo inclui plantas geneticamente modificadas. Apenas quatro países – Estados Unidos, Canadá, Brasil e Argentina – cultivam 90% de todos os transgênicos do planeta. Outros países latino-americanos estão se afastando dessas plantas e até nos EUA as vozes que condenam os alimentos transgênicos estão se tornando mais fortes.

SCIENTIFIC AMERICAN, out. 2013, p. 76.

1. Em síntese, o texto evidencia

- A) o conceito de alimentos geneticamente modificados.
- B) concepções favoráveis ao cultivo de plantas transgênicas.
- C) a importância do consumo de alimentos transgênicos no mundo.
- D) a forma como as lavouras geneticamente modificadas são cultivadas.
- E) uma concepção panorâmica acerca do cultivo de lavouras transgênicas.

A questão 2 refere-se ao texto abaixo.

Daí a alguns meses, João Romão, depois de tentar um derradeiro esforço para conseguir algumas braças do quintal do vizinho, resolveu principiar as obras da estalagem.

[...]

Desde que a febre de possuir se apoderou dele totalmente, todos os seus atos, todos, fosse o mais simples, visavam um interesse pecuniário. Só tinha uma preocupação: aumentar os bens. Das suas hortas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que, por maus, ninguém compraria; as suas galinhas produziam muito e ele não comia um ovo [...]

AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. 3ªed. São Paulo: M. Claret, 2009.

2. Qual a função do pronome pessoal “ele”, juntamente com a repetição dos pronomes possessivos “seus” e “suas” ao longo do trecho acima?

- A) Explicitar o sexo da personagem.
- B) Dar a ideia de posse.
- C) Diferenciar singular e plural.
- D) Evitar repetição desnecessária.
- E) Reforçar o valor das ações.

A questão 3 refere-se ao trecho abaixo.

Um dia você se olhará no espelho e terá uma revelação estarrecedora. Sua mulher está dormindo com outro homem! Depois descobrirá que o que se vê no espelho não é outro, é você mesmo.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Gazeta de Alagoas*, 30 mar. 2014.

3. As duas inserções da palavra “se” no fragmento classificam-se, respectivamente, como

- A) pronome reflexivo – índice de indeterminação do sujeito.
- B) pronome reflexivo – partícula apassivadora.
- C) partícula apassivadora – conjunção integrante.
- D) partícula expletiva – pronome apassivador.
- E) índice de indeterminação do sujeito – pronome apassivador.

A questão 4 refere-se ao texto abaixo.

Empregos à vista

Em Maragojipe, no Recôncavo Baiano, os primeiros colonizadores portugueses decidiram fixar residência às margens do Rio Paraguaçu devido à facilidade de atracar navios de grande calado e à abundância de madeira de lei para a manutenção das embarcações. Cinco séculos depois, a indústria naval mais uma vez define o destino da cidade. Há dois anos teve início a construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, uma sociedade entre as construtoras Odebrecht, OAS, UTC e a japonesa Kawasaki. A obra emprega 7217 pessoas.

“Fiquei desempregada em Salvador e vim para Maragojipe em 2008 para trabalhar no Estaleiro de São Roque, já pensando num futuro emprego na Enseada do Paraguaçu”, conta a supervisora de refeitório ALICE VITÓRIA DUARTE, de 45 anos, que foi promovida no ano passado e hoje recebe 6200 reais, o maior salário de sua carreira. Alice está pagando um curso técnico para o filho em Salvador para que ele também possa trabalhar no estaleiro. Nos próximos meses, mais vagas qualificadas serão criadas à medida que ocorre a transição da fase de obras para a de operação do estaleiro, que começará a produzir a primeira sonda de petróleo neste ano. O polo industrial que se formará no entorno, com investimentos de 1,5 milhões de reais, vai empregar cerca de 4000 pessoas, das quais pelo menos 1000 com salário superior a 5000 reais.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 9, fev. 2014.

4. Dadas as afirmativas a respeito dos aspectos gramaticais encontrados no texto,

- I. Em: “Em Maragojipe, no Recôncavo Baiano,” (1º parágrafo), justifica-se o emprego das vírgulas por haver expressões com valor explicativo.
- II. Na expressão “às margens do Rio” (1º parágrafo), o acento grave foi empregado em desacordo com a norma culta. Caso análogo acontece em “à facilidade de” (1º parágrafo).
- III. Na oração “Há dois anos” (1º parágrafo), é possível substituir o verbo “Há” por “Devem haver” sem prejuízo da correção gramatical e do significado contextual.
- IV. Em: “[...] e hoje recebe 6200 reais, o maior salário de sua carreira [...]” (2º parágrafo), justifica-se a vírgula por haver o emprego de um aposto.

verifica-se que está(ao) correta(s)

- A) III, apenas.
- B) IV, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II, III e IV.

A questão 5 refere-se ao fragmento abaixo.

Uma sede horrível queimava-lhe a garganta. Procurou ver as pernas e não as distinguiu: um nevoeiro impedia-lhe a visão.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

5. Sintaticamente, o pronome “lhe” utilizado no trecho nas duas inserções é, respectivamente,

- A) objeto indireto – objeto indireto.
- B) adjunto adnominal – adjunto adnominal.
- C) adjunto adnominal – objeto indireto.
- D) objeto direto – objeto direto.
- E) objeto indireto – adjunto adnominal.

A questão 6 refere-se ao texto abaixo.

Steve Jobs, fundador da Apple, acreditava que seus produtos não eram para todos. Vendê-los mais caro fazia deles símbolo de status. Foi assim com o iPhone desde o lançamento, em 2007. A cada nova versão, o preço era mantido em torno de US\$ 600, enquanto o modelo anterior ficava mais barato. Muita coisa mudou desde então. Jobs não está mais no comando e a Apple perdeu mercado para o sistema Android, do Google, com vários modelos de baixo custo. Hoje o Android detém 79% das vendas, e o iPhone 14,2%.

ÉPOCA, 9 set. 2013, p. 67.

6. Analisando-se as ideias contidas no texto, conclui-se que

- A) a concepção de *marketing* da Apple estava fundamentada na possibilidade de os produtos do sistema Android tomarem a liderança de vendas.
- B) o pensamento de Jobs sobre seus produtos era essencialmente mercadológico, desconsiderando inclusive os apelos sociais advindos do consumo.
- C) a liderança nas vendas do sistema Android é uma reconfiguração para o baixo custo e uma redefinição dos conceitos de *status* e de consumo, baseada também nas ideias de Jobs.
- D) a estratégia de *marketing* da Apple, quando fundamentada por Jobs, rebuscava principalmente um dos significados de *status* que se baseia no custo mais alto do produto.
- E) a estratégia de *marketing* da Apple foi mantida também pelas concepções de mercado do sistema Android.

A questão 7 refere-se ao texto abaixo.

Embora não houvesse transcorrido, desde que apagamos as luzes, muito mais do que uma hora, eu já me sentia como se a noite inteira tivesse passado, e como se em breve a luz do sol viesse de novo nos despertar e cobrir a cidade.

DOYLE, Arthur Conan. A sociedade dos ruivos. In: *Quatro Contos*, Sol, São Paulo, 2006.

7. A oração que introduz esse parágrafo, em relação ao restante do texto, é uma oração subordinada adverbial

- A) causal.
- B) final.
- C) concessiva.
- D) consecutiva.
- E) condicional.

A questão 8 refere-se ao texto abaixo.

Nunca fiz análise na vida, respondendo antecipadamente a uma pergunta que ouço com frequência. Digo brincando, como defesa técnica, que se fizesse análise correria o risco de ser curado e, então, adeus, escritor.

TEZZA, Cristovão. *O espírito da prosa*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

8. Para o autor, a expressão “adeus, escritor” chama a atenção para a seguinte premissa:

- A) estando curado, anula-se o escritor.
- B) todo escritor deve fazer análise.
- C) análise é alguma coisa irrelevante para quem precisa.
- D) os escritores desajustados fazem análise.
- E) o ofício de escrever é inerente à ação de fazer análise.

A questão 9 refere-se ao texto abaixo.

Existirá
Em todo porto tremulará
A velha bandeira da vida
Acenderá
Todo farol iluminará
Uma ponta de esperança

A Cura – Lulu Santos.

9. Na letra da música apresentada acima, a expressão “Em todo porto” é classificada como

- A) adjunto adverbial de lugar.
- B) termo essencial da oração.
- C) termo integrante da oração.
- D) período simples.
- E) predicado verbal.

A questão 10 refere-se ao fragmento abaixo.

O tempo é isto: o poder que faz com que as coisas que existem deixem de existir para que outras, que não existiam, venham a existir.

ALVES, Rubem. *Quando eu era menino*. Papirus, 2003.

10. Considerando os tempos e a concordância, os verbos sublinhados podem ser substituídos por “haver” e obtém-se a seguinte forma correta:

- A) haviam – haviam.
- B) há – havia.
- C) há – haviam.
- D) havia – haviam.
- E) há – há.

A questão 11 refere-se ao texto abaixo.

A rapidez dá o tom da comunicação de hoje. As mensagens de texto são curtas e os posts do Twitter, ainda menores ainda, com apenas 140 caracteres. A linguagem é simplificada, recheada de abreviações. Assim, é cada vez mais difícil que pessoas consigam foco e concentração para envolver-se com um livro de 200, 300 páginas, muito menos para discuti-lo depois. Até as conversas longas estão ameaçadas de extinção, assim como nossa capacidade de argumentação.

CLÁUDIA, mar. 2014, p. 137.

11. Em essência, o texto

- A) fala da necessidade de comunicação no mundo que clama pela rapidez e por formas de vida mais simplificadas.
- B) conceitua as mensagens abreviadas nas comunicações digitais e nas comunicações face a face.
- C) aborda o caráter imediatista das formas de convivência num mundo cada vez mais conectado e, ao mesmo tempo, distanciado.
- D) evidencia um possível estado precário na capacidade de concentração num mundo dominado por abreviações.
- E) mostra a constituição ideológica das novas formas de comunicação.



A questão 12 refere-se ao poema abaixo.

Vamos, não chores...
A infância está perdida.
A mocidade está perdida.
Porém a vida não se perdeu.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

12. Considerando a estrutura semântica, o último verso

- A) é uma explicação aos demais.
- B) expressa uma relação circunstancial de consequência.
- C) é considerado uma causa.
- D) apresenta uma ideia de adição.
- E) estabelece adversidade em relação aos demais.

13. Dadas as frases seguintes,

- I. Mesmo que o resultado não seja favorável, vou continuar insistindo na aprovação.
- II. Como havia dito na aula anterior, as questões da prova de português estão fáceis.
- III. O paciente prometeu reduzir o consumo de doces, de modo que hoje só comprou uma barrinha na cantina.

os termos em destaque são, respectivamente,

- A) conjunção explicativa, conjunção consecutiva e conjunção conformativa.
- B) conjunção adversativa, conjunção comparativa e conjunção consecutiva.
- C) conjunção concessiva, conjunção conformativa e conjunção consecutiva.
- D) conjunção causal, conjunção proporcional e conjunção integrante.
- E) conjunção integrante, conjunção alternativa e conjunção concessiva.

A questão 14 refere-se ao texto abaixo.

O velho galo ia ponderar filosoficamente que galo é galo e galinha é galinha e que cada ser tem sua função específica na vida, quando a cozinheira, sorratamente, passou a mão no pescoço da doidivanas e saiu com ela esperneando, dizendo bem alto: “A patroa tem razão: galinha que não choca nem põe ovo só serve mesmo é pra panela.

FERNANDES, Millor. *Fábulas fabulosas*, 4. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

14. Os elementos coesivos “que”, “quando”, “e” e “nem”, no texto acima, exercem, respectivamente, a função de

- A) pronome relativo, conjunção subordinativa temporal, preposição e conjunção coordenativa aditiva.
- B) conjunção subordinativa integrante, conjunção subordinativa temporal, preposição e conjunção coordenativa aditiva.
- C) pronome relativo, conjunção subordinativa temporal, conjunção coordenativa aditiva e conjunção coordenativa aditiva.
- D) conjunção subordinativa integrante, conjunção subordinativa temporal, conjunção coordenativa aditiva e conjunção coordenativa adversativa.
- E) conjunção subordinativa integrante, conjunção subordinativa temporal, conjunção coordenativa aditiva e conjunção coordenativa aditiva.

A questão 15 refere-se aos textos abaixo.

Texto I

E, se o teu olho te escandalizar, arranca-o, e atira-o para longe de ti.

Mateus 18:9ª - Bíblia.

Texto II

Basta pensar que a língua brasileira é outra. Uma pequena mostra de erros de redação coletados na imprensa revela que o português aqui transformou-se num vernáculo sem lógica nem regras.

FELINTO, M. Folha de S. Paulo. In: BAGNO, M. *Ensino de português: do preconceito linguístico à pesquisa da língua*. Boletim da ABRALIN. Brasília, n. 25, 2000. p. 3.

Texto III

Sempre me perguntam onde se fala o melhor português. Só pode ser em Portugal.

DUARTE, S. N. Jornal do Brasil. In: BAGNO, M. *Ensino de português: do preconceito linguístico à pesquisa da língua*. Boletim da ABRALIN. Brasília, n. 25, 2000. p. 3.

15. Nos três textos a partícula “se” exerce, respectivamente, a função de

- A) conjunção subordinativa condicional, parte integrante do verbo e partícula apassivadora.
- B) conjunção subordinativa integrante, índice de indeterminação do sujeito e pronome reflexivo.
- C) conjunção subordinativa integrante, pronome reflexivo e índice de indeterminação do sujeito.
- D) conjunção subordinativa condicional, pronome reflexivo e índice de indeterminação do sujeito.
- E) conjunção subordinativa integrante, índice de indeterminação do sujeito e partícula apassivadora.

A questão 16 refere-se ao trecho abaixo.

O corpo a morte leva.
A voz some na brisa.
A dor sobe pras trevas.
O nome a obra imortaliza
A morte benze o espírito
A brisa traz a música

NOGUEIRA, João. *Clube do Samba*. Polydor, 1979.

16. Sobre a estrofe, é correto afirmar:

- A) no primeiro verso, o termo que inicia a frase é complemento verbal.
- B) todos os termos que iniciam cada verso é sujeito simples.
- C) os termos “a dor” e “a brisa” são complementos verbais.
- D) no último verso, o termo “a música” é objeto indireto.
- E) o termo “o nome” é sujeito simples.

A questão 17 refere-se ao texto abaixo.

Meu ideal seria escrever uma história tão engraçada que aquela moça que está doente naquela casa cinzenta quando lesse minha história no jornal risse, risse tanto que chegasse a chorar e dissesse – ai meu Deus, que história mais engraçada!

BRAGA, Rubem. *200 crônicas escolhidas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

17. O trecho “que chegasse a chorar” é considerado

- A) causa da história engraçada.
- B) consequência do ato de sorrir.
- C) objetivo do autor ao escrever a história engraçada.
- D) finalidade do sorriso.
- E) satisfação da moça.

A questão 18 refere-se ao texto abaixo.

Não se vá!
Eu já não posso suportar
Esta minha vida de amargura
Não se vá!
Estou partindo porque sei
Que você já não mais me ama...

Não se vá – Jane e Herondy.

18. Na letra da música de Jane e Herondy, o “se” da frase “não se vá” funciona como

- A) partícula expletiva.
- B) pronome reflexivo.
- C) parte integrante do verbo.
- D) índice de indeterminação do sujeito.
- E) conjunção subordinativa condicional.

A questão 19 refere-se ao trecho abaixo.

- Qual o bicho que anda com as patas?
- O pato.

<http://educamais.com/adivinhas-sobre-animais/>

19. A confusão na hora de responder a pergunta é gerada pela palavra “patas” e se justifica

- I. por ter gerado ambiguidade;
- II. pela polissemia da palavra;
- III. pela sinonímia da palavra;
- IV. pela homonímia da palavra.

Dos itens acima, verifica-se que está(ão) correto(s)

- A) III, apenas.
- B) IV, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

A questão 20 refere-se ao fragmento abaixo.

Uma nesga de mar apenas
que os prédios que se erguiam
iam comendo pouco a pouco.
Aquela nesga de mar
que sobrara como uma relíquia
entre os blocos enormes de cimento,
tijolo e ferro

MACEDO, Maurício. *Fragmento*. Maceió: Catavento, 2007, p. 43.

20. O trecho sublinhado no poema apresenta um exemplo de

- A) metonímia.
- B) catacrese.
- C) antítese.
- D) eufemismo.
- E) prosopopeia.



RACIOCÍNIO LÓGICO

RASCUNHOS

21. Considere o seguinte argumento:

Se Diana nada espera da vida, então ela não será decepcionada.
Diana nada espera da vida. Logo, Diana não será decepcionada.

Qual o nome da regra de inferência aplicada?

- A) Silogismo Hipotético
- B) Silogismo Disjuntivo
- C) Modus Ponens
- D) Modus Tollens
- E) Dilema Construtivo

22. Considere a assertiva: Se um apartamento está acima do quarto andar, então ele tem sacada.

Essa afirmativa pode ser deduzida, do ponto de vista lógico, de qual das alternativas abaixo?

- A) Nenhum apartamento no quarto andar tem sacada.
- B) Todo apartamento acima do quarto andar tem sacada.
- C) Se um apartamento tem sacada, então ele está acima do quarto andar.
- D) Todas as sacadas somente são construídas para apartamentos acima do quarto andar.
- E) Sacadas não são construídas abaixo do quarto andar.

23. Para a realização de uma avaliação, um professor disponibilizou 10 questões, devendo cada aluno escolher 4 delas. Considerando a possibilidade de escolhas de questões diferentes, de quantos modos um aluno pode fazer esta avaliação?

- A) 24
- B) 40
- C) 120
- D) 210
- E) 240

24. Trinta e cinco pessoas estão concorrendo a uma bolsa de estudos numa determinada área de pesquisa. Do total de candidatos, vinte possuem, no mínimo, sete anos de experiência na área; vinte e três possuem doutorado, e três têm menos que sete anos de experiência na área e não têm doutorado. Quantos concorrentes são doutores e possuem, no mínimo, sete anos de experiência na área?

- A) 11
- B) 15
- C) 18
- D) 21
- E) 22

25. Carla é médica ou Lúcia é psicóloga. Se Alceu é químico, então Bruno não é músico. Se Lúcia é psicóloga, então Bruno é músico. Alceu é químico. Logo,

- A) Lúcia é psicóloga ou Bruno é músico.
- B) Bruno é músico e Carla é médica.
- C) Carla não é médica e Lúcia não é psicóloga.
- D) Alceu é químico e Bruno é músico.
- E) Carla é médica e Lúcia não é psicóloga.



26. Se João é professor de Lógica, então tem uma turma de Introdução à Computação. Se um professor tem uma turma de Introdução à Computação, então ele tirará férias dobradas. Logo, se João é professor de Lógica, então tirará férias dobradas.

A regra de inferência utilizada neste argumento foi

- A) Modus Ponens.
- B) Modus Tollens.
- C) Silogismo Hipotético.
- D) Silogismo Disjuntivo.
- E) Dilema Construtivo.

27. Considere as seguintes premissas de um argumento:

Todos os alunos da Faculdade XYZ gostam de ler.

Todos aqueles que gostam de ler ou escrevem bem ou fazem bons discursos.

Aquiles é aluno da Faculdade XYZ e não escreve bem.

Dessas premissas, é correto afirmar que

- A) Aquiles não gosta de ler.
- B) Aquiles faz bons discursos.
- C) somente alunos da Faculdade XYZ gostam de ler.
- D) alunos da Faculdade XYZ não escrevem bem.
- E) alunos da Faculdade XYZ fazem bons discursos.

28. Se a afirmação "todos os professores de Lógica são milionários" é falsa, então é verdadeira a afirmação

- A) "todos aqueles que não são professores de Lógica não podem ser milionários".
- B) "nenhum professor de Lógica é milionário".
- C) "nenhum milionário é professor de Lógica".
- D) "pelo menos um milionário não é professor de Lógica".
- E) "pelo menos um professor de Lógica não é milionário".

29. Dados os seguintes argumentos,

I.

Premissa 1	$\sim P \vee Q$	"Não P ou Q"
Premissa 2	$\sim Q$	"Não Q"
Conclusão	$\sim P$	"Não P"

II.

Premissa 1	$P \rightarrow Q$	"P implica Q"
Premissa 2	$Q \rightarrow R$	"Q implica R"
Conclusão	$R \rightarrow P$	"R implica P"

III.

Premissa 1	$\sim P \vee Q$	"Não P ou Q"
Premissa 2	$\sim Q \vee R$	"Não Q ou R"
Conclusão	$\sim P \vee R$	"Não P ou R"

verifica-se que é(são) argumento(s) válido(s) ou tautologia(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

30. Numa turma com 90% de homens, 15% dos alunos são casados. Se 10% dos homens são casados, o percentual de mulheres solteiras com relação ao total das mulheres da turma é de

- A) 10%.
- B) 20%.
- C) 30%.
- D) 50%.
- E) 60%.

RASCUNHOS



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

31. A aplicação de punição a estudantes de uma Universidade Federal por descumprirem as normas internas da instituição é manifestação típica do poder

- A) regulamentar.
- B) disciplinar.
- C) hierárquico.
- D) de polícia.
- E) normativo.

32. O gestor público pretende renovar um contrato de utilização de programas de informática. De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a duração desse contrato poderá estender-se, após o início de sua vigência, até o prazo máximo de

- A) 12 meses.
- B) 48 meses.
- C) 60 meses.
- D) 60 meses, prorrogáveis por mais 12 meses, desde que em caráter excepcional, devidamente justificado, e mediante autorização da autoridade superior.
- E) 120 meses.

33. O ato de um chefe de uma repartição que delega atribuições que não representem o poder decisório e nem a edição de atos de conteúdo normativo a um subordinado seu decorre do poder

- A) disciplinar.
- B) regulamentar.
- C) de polícia.
- D) hierárquico.
- E) normativo.

34. O modelo de Administração Pública gerencial não possui como característica:

- A) a eficiência como parâmetro.
- B) o controle de produtividade dos setores e dos servidores.
- C) uma maior descentralização administrativa, inclusive com o uso forte de parcerias com o setor privado.
- D) a Administração Pública voltada ao controle de resultados.
- E) a designação de parentes de 2º grau sem vínculo com a Administração Pública para atuarem como subordinados ao gestor nomeante na ocupação de cargos em comissão do baixo escalão.

35. O fornecimento de energia elétrica é classificado quanto à maneira como satisfaz o interesse geral e/ou quanto aos usuários como serviço público

- A) *uti universi*.
- B) direto.
- C) *uti singuli*.
- D) próprio.
- E) essencial.

36. Nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias é nominada de

- A) concurso.
- B) registro de preços.
- C) leilão.
- D) convite.
- E) concorrência.

37. Apresenta-se como caso típico do modelo de Administração Pública Patrimonialista:

- A) a afixação de plaquetas em todos os bens da Administração Pública.
- B) o inventário de todos os bens móveis e imóveis pertencentes à Administração Pública.
- C) a conduta do Administrador Público que prioriza na modalidade licitatória *convite* o envio de cartas-convite para empresas de parentes seus.
- D) a exigência de produtividade mínima por servidor.
- E) a existência de chefes e subordinados.

38. De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato, podendo ser registrados

- A) pela celebração de termo aditivo.
- B) pela emissão de ordem de serviço.
- C) pela entrega de carta convite.
- D) por ordem verbal.
- E) por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

39. Apesar de não previstos no *caput* do Art. 37 da Constituição Federal, são considerados princípios constitucionais do direito administrativo, dentre outros:

- A) unidade orçamentária, devido processo legal e livre concorrência.
- B) participação, universalidade da cobertura e do atendimento e poluidor-pagador.
- C) participação, celeridade processual, razoabilidade, contraditório e ampla defesa.
- D) função social da propriedade, busca do pleno emprego e contraditório.
- E) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e anterioridade.



40. Segundo a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada, está a se contratar um(a)

- A) empreitada integral.
- B) empreitada por preço global.
- C) empreitada por preço unitário.
- D) tarefa.
- E) projeto executivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Dadas as afirmativas abaixo quanto aos princípios do planejamento estratégico,

- I. Planejamento estratégico é o exercício administrativo que, com base na avaliação da condição de uma organização e da situação de seu ambiente de atuação, resulta em reconhecimento crítico de suas oportunidades e ameaças e de seus pontos fortes e fracos para o cumprimento de sua missão, estabelecendo orientação estruturada e formal para a direção da organização.
- II. A avaliação do ambiente almeja a identificação de estratégia adotada, reconhecimento de perspectivas de gestores em relação às decisões e às ações praticadas.
- III. A avaliação da estratégia emergente é o levantamento de oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo e forças e fraquezas existentes no ambiente interno da organização.
- IV. A quantificação do ambiente é a previsão de resultados (operacionais e não operacionais), demonstrações financeiras projetadas (incluindo investimentos, custos, despesas e receitas consideradas) e validação de objetivos e resultados projetados.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I.
- B) II.
- C) I e IV.
- D) I e III.
- E) II e IV.

42. Dadas as afirmativas abaixo quanto aos princípios norteadores do serviço público,

- I. O princípio da legalidade é fundamental para a defesa do Estado democrático de Direito; entretanto, não garante a legitimidade e justiça das normas. Leis tecnicamente perfeitas podem ser ilegítimas se não emanarem do poder legitimamente constituído para legislar.
- II. A impessoalidade dos diferentes atos administrativos encontra-se expressa na forma pela qual são editados.
- III. O princípio da eficiência contrariamente ao da impessoalidade, que é decorrência da legalidade, é atributo direto do agente público. Para que a Administração Pública aja de acordo com esse princípio, é essencial que os servidores, seus agentes, apresentem no seu comportamento as virtudes morais socialmente consideradas necessárias pela sociedade.
- IV. A necessidade de que todos os atos administrativos sejam escritos deriva, também, do princípio da publicidade. Devendo ser redigido de acordo com as normas e procedimentos decorrentes da aplicação do princípio da legalidade, tal como tratado anteriormente, a constância escrita é que permite a clareza e publicidade necessárias aos atos públicos.

verifica-se que está(ao) correta(s) apenas

- A) II.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) III e IV.
- E) I, II e IV.



43. Dadas as afirmativas abaixo quanto às modalidades de licitação,

- I. Convite é a modalidade de licitação por meio da qual uma unidade administrativa envia cartas-convite a, no mínimo, três empresas do ramo, solicitando a compra de bens ou a prestação de serviços. A utilização dessa modalidade é permitida para a contratação de obras e serviços de engenharia com valor estimado até R\$ 150.000,00, e para a compra e contratação de outros serviços até o valor de R\$ 80.000,00.
- II. O leilão passou a ser a modalidade de licitação para a Administração vender a particulares bens móveis inservíveis ou produtos legalmente apreendidos ou penhorados, assim como para a alienação de bens imóveis a quem oferecer o maior lance, desde que igual ou superior ao valor da avaliação obrigatoriamente realizada antes do certame.
- III. A tomada de preços é uma modalidade aberta à participação de todos os que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto, tornando-se obrigatória para a contratação de obras e serviços de engenharia cujo valor estimado seja superior a R\$ 1.500.000,00, e para a compra e contratação de outros serviços que ultrapassem o valor de R\$ 650.000,00.

verifica-se que está(ao) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

A questão 44 refere-se ao texto abaixo.

“Já está no ar o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) que irá substituir o SIE. As marcações de férias para o exercício de 2014 já podem ser feitas no endereço sigrh.sig.ufal.br/. Cada servidor deve providenciar sua senha de acesso (o usuário é o CPF do próprio servidor e a senha é a mesma do e-mail institucional, sendo que a unidade de lotação deve ser digitada por extenso), respeitando o prazo de 60 dias de antecedência para a marcação.”

FREIRE, Jacqueline. Atenção servidores: marcação de férias agora só no SIGRH. ASCOMUFAL. 09 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br>

44. Dadas as afirmativas abaixo quanto ao processo de cancelamento de férias,

- I. Cancelamento por convocação, para formação de júri.
- II. Cancelamento por início do recesso acadêmico da Universidade.
- III. Cancelamento por necessidade do serviço, declarada pelo Reitor ou chefia competente.
- IV. Cancelamento por morte de parente ou cônjuge do Servidor.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.
- E) II, III e IV.

45. Dadas as afirmativas abaixo quanto à trajetória de desenvolvimento da Administração Pública no Brasil, que Bresser Pereira (1997) destaca como pontos delineadores desse emergente paradigma gerencial:

- I. A descentralização política e administrativa.
- II. A flexibilidade organizacional.
- III. O controle por resultado.
- IV. A redução de níveis hierárquicos.

verifica-se que estão corretas

- A) I e IV, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

46. Dadas as afirmativas abaixo quanto à gestão de estoques,

- I. O estoque reflete um equilíbrio entre a oferta e a demanda e pode ser gerado em três situações: intencional; ocasionado pela ausência de planejamento; e ocasionado por falha de planejamento.
- II. O estoque pode ser definido como certa quantidade de matéria-prima ou produto acabado que ainda não foi consumido para produção ou comprado/entregue ao cliente da organização, respectivamente.
- III. Quando ocorre a formação de estoque de forma aleatória, isso se dá pelo interesse da organização no suprimento de matéria-prima visando a obter vantagem em comprar maior volume de produto, o que pode levar à redução de custo de aquisição ou à redução de custo de transporte, entre outros.
- IV. Quando há falha no planejamento de estoque, pode-se pensar em três razões para essa situação: variações de demanda não previstas, problemas no sistema de transporte da organização não previstos e erro técnico do próprio planejamento.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.
- E) I, III e IV.

47. A construção de uma obra em uma IFES (Instituição Federal de Ensino Superior) tem muitas variantes que podem interferir na sua melhor execução. Para minimizar possíveis prejuízos, as IFES montam equipes em gestão de projetos. Uma das atividades desenvolvidas por essas equipes é o de traçar o caminho crítico. Assinale a alternativa correta, quanto à fase do projeto em que a atividade descrita no texto pertence.

- A) Elaboração
- B) Planejamento
- C) Implementação
- D) Avaliação
- E) Desativação

A questão 48 refere-se ao texto abaixo.

“Foi divulgada na última terça, 18, a Composição das Turmas de primeiro e segundo semestre incluindo alunos pré-matriculados nos cursos de graduação presenciais da Ufal, na Primeira e Segunda Chamada do SiSU e na Terceira Chamada da Lista de Espera.

Todos os convocados listados no Edital de convocação para confirmação de matrícula (Edital nº 017/2014) pré-matriculados no Primeiro Semestre do ano 2014.1 deverão seguir as orientações informadas no arquivo para confirmar a sua matrícula na Universidade Federal de Alagoas. Os cursos pertencem ao Campus A.C. Simões (Maceió), Unidade de Ensino Palmeira dos Índios, Unidade de Ensino Penedo e Unidade de Ensino Santana do Ipanema.

O procedimento de Confirmação de Matrícula é obrigatório e caso o aluno não efetue no prazo previsto a sua pré-matrícula será cancelada, podendo ser convocado o próximo candidato pré-matriculado na condição de suplente ou por candidatos a serem convocados da Lista de Espera. O período de confirmação inicia nesta quinta, 20.”

ASCOM/UFAL. 20 de março de 2014. Disponível em:
<http://www.ufal.edu.br/noticias/2014/03/ufal-convoca-alunos-prematriculados-para-confirmar-sua-matricula>

48. A não aceitação da matrícula por Servidor Público, fora do prazo anunciado, respeita o princípio público de

- A) Impessoalidade.
- B) Legalidade.
- C) Moralidade.
- D) Publicidade.
- E) Eficiência.

49. A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e está relacionada:

- I. à melhoria da qualidade da educação superior; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- II. à orientação da expansão de sua oferta;
- III. à regulamentação das greves nas instituições de ensino federal.

Dos itens acima, verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.

50. A principal dimensão de uma IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), na realização de sua missão, tendo como base a oferta de ensino, pesquisa e extensão, são as pessoas que a compõe. O corpo social (professores, técnicos e alunos) de uma IFES de médio porte pode chegar a 40.000 pessoas. Considerando que a estrutura de processo decisório nas IFES ocorre de maneira colegiada, é natural a presença constante de conflitos. Assim, o uso de técnicas de resolução de conflitos será sempre necessário pelo Administrador. A técnica que busca minimizar as diferenças entre as partes conflitantes, enfatizando os interesses em comum das partes, é denominada de

- A) suavização.
- B) concessão.
- C) não enfrentamento.
- D) metas superordenadas.
- E) resolução de problemas.

A questão 51 refere-se ao texto abaixo.

“Se por um lado a Constituição de 1988 limitou a discricionariedade administrativa exagerada que existia no período autoritário-militar, por outro, engessou a atuação do executivo, além de conceder aos órgãos de controle (Tribunais de Conta) prerrogativas capazes de cercear a ação administrativa [...]”

PALUDO, Augustinho Vicente. *Administração Pública: teoria e questões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 99.

51. Assinale a opção correta quanto à discricionariedade administrativa.

- A) Poder de decisão do administrador público ligado a dois ou mais caminhos, de forma arbitrária.
- B) Poder de decisão do administrador público ligado a um único caminho definido em lei.
- C) Poder de decisão do administrador público ligado a um único caminho arbitrário.
- D) Representa que o administrador público não possui poder de decisão.
- E) Poder de decisão do administrador público ligado a dois ou mais caminhos, sujeita ao controle jurisdicional.

52. Em muitas ocasiões, os Servidores de uma IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), lotados em uma determinada cidade, necessitam realizar deslocamento a serviço da instituição. O Servidor, quando lotado em uma cidade do interior, poderá ser convocado para uma reunião ou uma capacitação na Capital. Para isso, será emitida diária em nome do Servidor, correspondendo a cada dia de afastamento do Servidor do seu local de origem. Assinale a alternativa correta quanto ao conceito de diária.

- A) A diária é uma ajuda de custo.
- B) A diária é uma gratificação.
- C) A diária é um adicional.
- D) A diária é uma indenização.
- E) A diária é uma indenização de transporte.

53. Considere a seguinte situação:

Uma cadeira de digitador está quebrada na sua base. A recuperação do produto é inviável do ponto de vista econômico. Assim, o produto não apresenta condições de uso para o setor a que pertence.

Assinale a alternativa correta quanto à classificação desse bem.

- A) Semovente
- B) Inservível
- C) Ocioso
- D) Imaterial
- E) Imprestável

54. Considere a seguinte situação:

Uma determinada empresa, vencedora de um processo licitatório em uma IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), está transportando 1.000 (mil) computadores que ainda serão entregues ao almoxarifado da IFES. Sendo assim, a mercadoria encontra-se em trânsito.

Assinale a opção correta quanto ao conceito apropriado para esse tipo de estoque.

- A) Estoque de antecipação
- B) Estoque de ciclo
- C) Estoque de segurança
- D) Estoque no canal
- E) Estoque isolador

55. Dadas as afirmativas abaixo quanto à gestão de materiais,

- I. Cabe à Gestão de Materiais todas as atividades para a aquisição de matérias-primas para o abastecimento da organização privada, da indústria ou da organização pública, como o controle de estoque e a decisão de repô-lo, a escolha de fornecedores, os processos de compra, a armazenagem e a entrega para produção, tudo isso sincronizado com as necessidades de produção.
- II. Gestão de Materiais é um conjunto de atividades que tem por finalidade o abastecimento de materiais apenas para organização privada no tempo certo, na quantidade certa, na qualidade solicitada, sendo tudo isso conseguido ao menor custo possível.
- III. Pode-se listar que as principais atividades inerentes à Gestão de Materiais são: Manutenção de Estoques, Processamento do Pedido, Compras, Programação do Produto, Embalagem de Proteção, Armazenagem, Manuseio de Materiais, Manutenção da Informação e Transportes.
- IV. No serviço público, a Gestão de Materiais é o processo logístico menos presente, é a área de serviços que basicamente demanda o abastecimento de produtos para permitir a execução desses serviços.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) I, II e IV.

A questão 56 refere-se ao texto abaixo.

“Gestão Universitária diz respeito ao pensar e fazer a universidade, no sentido de sua finalidade – ciência e educação –, a qual lhe confere condição de peculiaridade como instituição social. Compreende o planejamento institucional estratégico, formalmente representado no Plano de Desenvolvimento Institucional, mas é consubstanciada na organização acadêmica, do pessoal acadêmico, e na ação acadêmica, formalizada em programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

Enciclopédia de Pedagogia Universitária, 2ª ed. Brasília: MEC/INEP, 2006.

56. Com base na citação acima, é correto afirmar que

- A) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) é composto de três momentos, dos quais o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é a etapa mais visível, pois avalia o desempenho acadêmico dos estudantes de cada curso de graduação a cada três anos. As outras etapas são a autoavaliação e a avaliação externa.
- B) a avaliação institucional é vista apenas como um aparelho de controle burocrático e centralizador, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração do ensino, como condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e como exigência da democratização.
- C) o modelo de autoavaliação institucional de uma universidade deve considerar irrelevante o paradigma da avaliação democrática que enfatiza a relevância da informação e da utilidade dos resultados gerados para os sujeitos efetivamente interessados nos programas avaliados, os quais serão por ela afetados.
- D) a qualidade institucional de uma Universidade é vinculada apenas à infraestrutura e ao corpo docente.
- E) o ENADE é a base de todo o sistema de avaliação de cursos e instituições. O objetivo do exame, conforme preconizado pelo INEP, é avaliar o desempenho da Universidade com relação aos conteúdos previstos nos Conselhos profissionais, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.



57. Dadas as afirmativas abaixo quanto à Lei n.º 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Federais) sobre a posse e o exercício,

- I. A promoção ou a ascensão não interrompem o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da publicação do ato que promover ou ascender o servidor.
- II. O servidor transferido, removido, redistribuído, requisitado ou cedido, que deva ter exercício em outra localidade, terá 30 (trinta) dias de prazo para entrar em exercício, incluído nesse prazo o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede.
- III. Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente à avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do Art. 20.
- IV. Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos Arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) II.
- B) IV.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) I, II e III.

A questão 58 refere-se ao texto abaixo.

“A UFAL tem por missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum.”

Disponível em: www.ufal.edu.br/institucional/apresentacao.

58. Quanto à missão institucional de uma organização, assinale a opção correta.

- A) A missão é o que se pretende atingir quando da definição de estratégias.
- B) A ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum representam a essência de um conceito de missão.
- C) A missão representa as decisões de hoje que deverão construir o amanhã.
- D) A missão necessita do planejamento estratégico para se inserir no ambiente em que a organização está atuando.
- E) A missão revela as fraquezas e forças da organização para a construção de uma estratégia institucional.

A questão 59 refere-se ao texto abaixo.

“Nos dias 3 e 4 de setembro, mais de 170 novos servidores, entre docentes e técnico-administrativos, tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento, os projetos e os serviços prestados pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por meio do Programa de Inserção do Novo Servidor (PINS). A atividade, oferecida pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP), contou com a participação de representantes dos vários segmentos institucionais.”

BARRETO, Tayane. Novos servidores dos três campi participam do PINS. Portal da UFAL. Maceió, 05 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/servidor/noticias/2013/08/novos-servidores-dos-tres-campi-participam-do-pins>.

59. A contribuição de um programa dessa natureza para a gestão de recursos humanos representa

- A) a socialização antecipatória direta de um novo colaborador.
- B) a socialização antecipatória indireta de um novo colaborador.
- C) a qualificação dos colaboradores.
- D) a assimilação ou a adaptação de um novo colaborador.
- E) o acolhimento e a integração de um novo colaborador.

60. Uma IFES (Instituição Federal de Ensino Superior) está implantando um novo sistema integrado de gestão (SIG). O SIG possui os módulos: Sistema Integrado de Administração e Comunicação – SIGAdmin; Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC; Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH; Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos – SIGPP; Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documento – SIGED; e, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA. São benefícios de um sistema integrado de gestão para uma IFES:

- I. redução de custos;
- II. abordagem holística para o gerenciamento dos riscos;
- III. melhoria da comunicação organizacional;
- IV. economia de tempo da alta direção.

Dos itens acima, verifica-se que está(ão) correto(s)

- A) III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

A questão 61 refere-se ao texto abaixo.

“Nesta quinta-feira, 16 de janeiro, o reitor Eurico Lôbo assinou o contrato com a empresa Prener para construção da subestação da UFAL, que garantirá estabilidade elétrica ao Campus A.C. Simões. Integrantes da gestão e diretores de unidades acadêmicas também presenciaram esse momento importante para a universidade, por se tratar de um empreendimento que atenderá às demandas de hoje e às dos próximos dez anos.”

FERREIRA, Rose. Contrato para construção de subestação é assinado: a empresa Prener, da Paraíba, foi a vencedora da licitação para a construção da subestação de 69KV. ASCOM/UFAL. 17 de janeiro de 2014 Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/ufal/noticias/2014/01/contrato-para-construcao-de-subestacao-e-assinado>

61. Assinale a opção que não é considerada prerrogativa (cláusulas exorbitantes) da administração pública nos contratos celebrados por ela.

- A) Modificação unilateral do contrato.
- B) Rescisão unilateral do contrato.
- C) Aplicações de sanções no contratante.
- D) Possibilidade de definir tempo indeterminado ao contrato.
- E) Fiscalização da execução do objeto do contrato.

A questão 62 refere-se ao texto abaixo.

“A Auditoria Geral tem como objetivo contribuir no aprimoramento da gestão pública federal, atuando independente e autônoma, por meio de análises, consultas, pesquisas, diagnósticos e prognósticos, assessorando em caráter especial e direto ao gestor, visando à racionalização, eficiência, eficácia, efetividade, legalidade das decisões e projetos executados na gestão administrativa, financeira e orçamentária da Instituição, contribuindo com o desenvolvimento e crescimento institucional da universidade.”

Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/institucional/orgaos-de-apoio/administrativo/controladoria-geral>

62. Em relação ao texto, é possível concluir que

- A) a Auditoria Geral de uma IFES é órgão de controle externo, pois atua de forma independente e autônoma.
- B) a Auditoria Geral de uma IFES é órgão de controle externo, apenas nas questões acadêmicas.
- C) a Auditoria Geral de uma IFES é órgão de controle interno, apenas nas questões acadêmicas.
- D) a Auditoria Geral de uma IFES é órgão de controle interno, excetuando-se as questões de ordem acadêmica.
- E) a Auditoria Geral de uma IFES é órgão de controle interno, mesmo atuando de forma independente e autônoma.

63. Uma determinada licitação, na modalidade de Concorrência, tinha como objeto a construção de obras em várias unidades de uma IFES (Instituição Federal de Ensino Superior). Considerando a formalização de contrato entre a IFES e a empresa vencedora, assinale a opção correta quanto ao tipo de contrato que deva ser firmado.

- A) Concessão de obra pública
- B) Concessão de serviço público
- C) Concessão patrocinada ou administrativa
- D) Concessão de uso de bem público
- E) Concessão de direito real de uso

A questão 64 refere-se ao texto abaixo.

“Planejar implica identificar e disponibilizar os meios necessários para a ação, os diversos recursos necessários, poder político, conhecimento, capacidades organizativas, equipamentos e tecnologia e também, mas nem sempre, recursos econômico-financeiros”.

PEIXOTO, Renato Dagnino. *Planejamento estratégico governamental* / Renato Peixoto Dagnino. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.166p.

64. Dadas as afirmativas abaixo,

- I. Para o ator que planeja, a informação é o meio que lhe permite conhecer o âmbito privado na qual atua e verificar o resultado causado por sua ação.
- II. A recuperação de ativos, no Planejamento Estratégico Governamental, responde ao princípio elementar de que não se pode atuar com eficácia se os dirigentes não conhecem de maneira contínua, e o mais objetiva possível, os sinais vitais do governo que lideram e das situações sobre as quais intervêm.
- III. Um sistema de informação casuístico, parcial, assistemático, atrasado, inseguro e sobrecarregado de dados primários irrelevantes é um aparato sensorial perfeito que aumenta severamente a capacidade de uma equipe dirigente de se sintonizar com as situações que busca enfrentar, de identificar os problemas atuais e potenciais, de avaliar os resultados de sua ação e de corrigir oportunamente os desvios com relação aos objetivos traçados.
- IV. O sistema de Planejamento Estratégico Governamental é constituído por três componentes que garantem um acompanhamento e um processamento adequado dos fluxos de informação que alimentam as decisões de uma equipe dirigente. São eles: Sistema de Constituição da Agenda, Sistema de Cobrança e Prestação de Contas e Sistema de Gestão Operacional.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) IV, apenas
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e III apenas.
- E) I, II, III e IV.

65. Em uma estrutura multicampi, uma IFES (Instituição Federal de Ensino Superior) pode estar localizada em várias cidades. Os Servidores, lotados em cada Campus, serão distribuídos conforme o interesse público e o seu contrato de trabalho. Em muitos casos, o controle da presença do Servidor ao trabalho é designado pelo Reitor ao Diretor-Geral do Campus. Assim, caberá à Direção-Geral do Campus encaminhar ausências ao trabalho não justificáveis para setor específico das IFES. Nesse caso, os funcionários competentes apurarão e, quando for o caso, punirão a falta. Observando o texto acima, que tipo de poder administrativo foi observado pela ação dos funcionários competentes?

- A) Poder hierárquico
- B) Poder regulamentar
- C) Poder discricionário
- D) Poder normativo
- E) Poder disciplinar

A questão 66 refere-se ao texto abaixo.

“Processo é um conjunto de atividades (tarefas, procedimentos etc.), executadas de forma sequencial e contínua no tempo, necessárias e suficientes para geração de um resultado ou de um produto para um interessado, em contextos diretivos, normativos (leis e normas), de recursos (meios) e de aprendizado específicos”.

MALMEGRIN, M. L. *Gestão operacional* / Maria Leonídia Malmegrin. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 200p.

66. Com base na citação acima, é correto afirmar:

- A) é importante destacar ainda que, independentemente da forma, tanto os processos a pedido como os programados e os híbridos não devem considerar, em todas as etapas da execução, o disposto em instrumentos legais.
- B) a ideia de processos não é nova e tem raízes na tradição da engenharia industrial e no estudo dos sistemas sociotécnicos. Nos últimos 100 anos, as empresas japonesas começaram a implantar gestão por processos e temas como redesenhos de processos, organização por processos e gestão por processos começaram a ser exaustivamente discutidos.
- C) ao se falar de processos, uma questão importante a não ser considerada é a forma de acionamento da ação de prestação de serviços, pois essas ações podem constar de planos de ação ou podem ser eventuais, ou não programadas.
- D) todas as prestações de serviços públicos, independentemente da categoria a que pertençam, não são viabilizadas por meio de processos sujeitos a orientações legais e normativas.
- E) os processos podem ser acionados de forma exógena, pelo interessado (ação demandada), gerando então processos a pedido; ou, então, acionados de forma endógena por planos de ação, produzindo então processos programados. É importante também considerar o caso, muito frequente, em que as duas situações ocorrem para uma mesma prestação de serviços, os processos híbridos.

A questão 67 refere-se ao texto abaixo.

“O controle pelo Estado ocorre de várias formas com atuação sobre as entidades do mercado, da sociedade e sobre as organizações do Estado. Nesse caso, do controle do Estado pelo Estado, essa atuação ampla é efetivada pelo ordenamento jurídico brasileiro, definida a separação dos poderes e a sua independência, conforme previsto no artigo 2º da Constituição da República Federativa de 1988 (CF/88)”.

MALMEGRIN, M. L. *Gestão operacional* / Maria Leonídia Malmegrin. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 200p.

67. Dadas as afirmativas abaixo,

- I. O Sistema de Controle Externo foi instituído pela Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organizou sob a forma de sistemas as atividades de planejamento e de orçamento federal, de administração financeira federal, de contabilidade federal e de controle interno do Poder Executivo Federal.
- II. O Sistema de Controle Externo do Poder Executivo Federal, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização, visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, a apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- III. De acordo com a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, o Sistema de Controle Interno Federal foi estruturado em: Secretaria Federal de Controle Interno, como órgão central, pertencente, na época, à estrutura do Ministério da Fazenda; e órgãos setoriais de controle, que eram criados em cada um dos órgãos do Poder Executivo Federal, excetuados aqueles que integram a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa, da Advocacia-Geral da União e da Casa Civil.
- IV. Posteriormente à institucionalização do Sistema de Controle Externo, em 2001, foi criada a Controladoria-Geral da União, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e integrada à estrutura da Presidência da República por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) III, apenas.
- B) IV, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

A questão 68 refere-se ao texto abaixo.

“[...] a comunicação pode ser uma fonte de conflitos. Eles representam as forças opostas que surgem das dificuldades semânticas, dos erros de compreensão e do “ruído” nos canais de comunicação.”

ROBBINS, Stephen P. *Comportamento organizacional*. São Paulo: Prentice Hall, 2002, p. 376.

68. Os problemas de comunicação são encontrados no estágio de processo de conflito de

- A) cognição e personalização.
- B) intenções.
- C) oposição inicial ou incompatibilidade.
- D) comportamento.
- E) consequências.

69. Dadas as afirmativas abaixo quanto ao controle interno e ao externo,

- I. O controle interno municipal é aquele exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, conforme preconizam os Arts. 31 e 71 da Constituição Federal.
- II. O controle externo tem como principal finalidade verificar a probidade da Administração, a guarda, a administração e o emprego legal do Erário e o cumprimento da Lei Orçamentária.
- III. O controle externo é aquele exercido pelos Poderes Executivo e Legislativo, em razão dos mandamentos contidos nos Arts. 31, 70, 71 e 74 da Constituição Federal.
- IV. O controle interno é o mecanismo de autocontrole da própria Administração, exercido pelas pessoas e Unidades Administrativas e coordenado por um órgão central, organizado, e em parâmetros gerais, por lei local.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) IV, apenas.
- B) I e II, apenas
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

70. Dadas as afirmativas abaixo quanto à transparência, informação e controle social na Administração Pública,

- I. A transparência, entendida como produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- II. O Portal da Transparência permite que o cidadão acompanhe e controle a aplicação apenas das licitações, sendo a Lei do servidor público a forma legal de controle dos recursos no município onde ele mora, o que amplia as condições de controle.
- III. O controle pela sociedade ou controle social, de forma ampla, deve ser entendido como uma parte do processo administrativo, pois partindo da concepção de democracia representativa, o processo de planejamento, de execução e de controle administrativo do Estado poderia ser examinado com a seguinte sequência de etapas: anseios da sociedade; proposta do candidato/gestor público; eleição/designação; planejamento (PPA, LDO, LDA); execução; controle e atuação por vias democráticas.
- IV. O controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

A questão 71 refere-se ao texto abaixo.

“O gestor público e todos os servidores que lhes são subordinados exercem sempre um conjunto de poderes, que serão também sempre proporcionais e compatíveis com o seu respectivo nível hierárquico. A todo poder exercido pela Administração Pública corresponde um conjunto de deveres, e essa correspondência não é aleatória, mas logicamente derivada dos seus princípios orientadores que acabamos de examinar. O Estado exerce um conjunto de poderes que tem efeito sobre a sociedade civil e outro que tem efeito sobre a Administração Pública. Compõem o primeiro o poder de polícia e o poder discricionário, e o segundo, o poder hierárquico e o poder disciplinar.”

COELHO, Ricardo Corrêa. *O público e o privado na gestão pública* / Ricardo Corrêa Coelho. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]. CAPES: UAB, 2009. 78p.

71. Dadas as afirmativas abaixo,

- I. Quanto à sua aplicação temporal, o poder de polícia pode ser tanto exercido de forma preventiva quanto a posteriori. Preventivamente, o poder de polícia exerce-se por meio de ordens, proibições, ratificações e restrições; e posteriormente pela aplicação de multas, interdição de atividades, fechamento de estabelecimentos, embargo administrativo de obras, demolição de construções irregulares, destruição de objetos etc.
- II. O poder disciplinar é aquele de que dispõe o titular do Poder Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes. É o poder de reorganizar a Administração Pública de acordo com o que cada governo julgar ser a estrutura mais conveniente.
- III. O poder hierárquico também é exercido para dentro do Estado e destina-se a punir as infrações funcionais cometidas pelos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos da Administração. O poder disciplinar visa garantir, por meio da coerção – que vai da advertência à demissão – que os servidores da Administração Pública mantenham uma conduta compatível com os interesses do Estado, isto é, com o interesse público.
- IV. O poder hierárquico é exercido pela Administração Pública com a finalidade de conter os abusos de indivíduos e grupos na sociedade civil no exercício da sua liberdade negativa. O exercício desse poder fundamenta-se na supremacia que o Estado exerce sobre o conjunto da sociedade e justifica-se sempre pelo interesse social.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

A questão 72 refere-se ao texto abaixo.

“Toda dicotomia carrega um elevado grau de arbitrariedade na medida em que pretende dar conta de todo o universo de possibilidades. No caso da dicotomia público/privado, significa que aquilo que está na esfera pública deve necessariamente estar fora da esfera privada, e tudo o que não se situar na esfera pública deve estar obrigatoriamente contido na esfera privada”.

COELHO, Ricardo Corrêa. *O público e o privado na gestão pública* / Ricardo Corrêa Coelho. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 78p.

72. De acordo com essa lógica contextual,

- A) a definição da esfera privada é uma construção, ao mesmo tempo, intelectual e coletiva. Isso quer dizer que na substância ou na materialidade das coisas não há nada que nos permita situar, inequivocamente, um bem ou um serviço nela.
- B) a construção da esfera pública será também sempre historicamente delimitada. Aquilo que em um determinado momento histórico é considerado como indubitavelmente público pode não o ser em outro.
- C) a construção da esfera pública não é, na verdade, resultado de uma convenção social.
- D) irá integrar a esfera privada aquilo que toda coletividade, e não apenas uma parte dela, pactuar, explícita ou implicitamente, ser de interesse comum.
- E) o privado tem precedência sobre o público, pois a delimitação da esfera privada irá anteceder, temporal e logicamente, a circunscrição da esfera pública. Isso quer dizer que o espaço privado, e tudo o que nele se inserir, será sempre explicitado positivamente, ao passo que o espaço público será delimitado de forma residual, cabendo nele tudo aquilo que ficar de fora da esfera privada.

73. As universidades federais realizam a sua missão e buscam o seu aperfeiçoamento por meio de um planejamento institucional. Esse planejamento aborda tanto as questões acadêmicas quanto as questões administrativas, sendo referência para a comunidade acadêmica, para a sociedade em que a organização está inserida, para os órgãos financiadores e para os órgãos de controle externos. A temporalidade das suas ações é de 5 ou mais anos e deve ser aprovado pelo Conselho Superior da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Qual a denominação correta para esse planejamento?

- A) Planejamento Estratégico
- B) Plano de Gestão
- C) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
- D) Plano Diretor
- E) Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

74. Considere o seguinte quadro abaixo, retirado do relatório de gestão anual de uma IFES (Instituição Federal de Ensino Superior). Quanto aos restos a pagar não processados no valor de R\$ 55.000,00, assinale a alternativa correta.

Quadro A.4.4.3 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ							
Identificação da Ação							
Código	001E						
Descrição	Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES						
Iniciativa	Não tem						
Unidade Responsável	Universidade Federal de Alagoas						
Unidade Orçamentária	26231						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1.00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
55.000,00	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	

Portal da Transparência da UFAL. Disponível em: www.ufal.edu.br

- A) A IFES realizou o empenho para a ANDIFES, mas não realizou a dotação do orçamento até 31 de dezembro de 2012.
- B) A IFES realizou a liquidação da despesa para a ANDIFES, mas não realizou o pagamento até 31 de dezembro de 2012.
- C) A IFES realizou o empenho para a ANDIFES, mas não realizou a liquidação da despesa até 31 de dezembro de 2012.
- D) A IFES realizou a dotação inicial do orçamento para a ANDIFES, mas não empenhou até 31 de dezembro de 2012.
- E) A IFES realizou a dotação final do orçamento para a ANDIFES, mas não empenhou até 31 de dezembro de 2012.

A questão 75 refere-se ao texto abaixo.

“A promoção de atividades acadêmicas em linhas de pesquisas e projetos de extensão para a formação qualificada de recursos humanos em consonância com a realidade econômica, social, histórica e cultural da região sertaneja rendeu ao curso de História do Campus do Sertão o conceito 4 em sua primeira avaliação pela comissão do Ministério da Educação (MEC), numa escala que varia de 1 a 5.”

MONTEIRO, Diana. Curso de história recebe conceito 4 na primeira avaliação. ASCOM/UFAL. 24.de março de 2014. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/noticias/2014/03/curso-de-historia-do-campus-do-sertao-recebe-conceito-4-na-primeira-avaliacao>.

75. A avaliação do curso de graduação pelo Ministério da Educação (MEC) representa uma forma de controle. São características da avaliação o exame das atividades gerenciais do curso, a supervisão temporal das atividades, a leitura de relatórios e a medição e a avaliação de desempenho. Dadas as afirmativas abaixo, que representam técnicas qualitativas de controle que podem ou não representar a atividade do MEC quando da sua visita ao Campus do Sertão,

- I. Auditoria.
- II. Inspeção.
- III. Controle por relatórios.
- IV. Avaliação de performance.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

A questão 76 refere-se ao texto abaixo.

“Desde o final da década de 80 o Brasil buscou, com a abertura de mercado, mecanismos e métodos que preparassem e atualizassem as empresas e o serviço público com relação à qualidade e produtividade. Foi criado em 1990 o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP, que gerou o Subcomitê da Administração Pública, o embrião dos Programas de Qualidade no Serviço Público. Em 1995, com a Reforma do Estado, foi criado o Programa Qualidade e Participação na Administração Pública – QPAP, ainda com foco nas ferramentas e o início de um discurso voltado para a qualidade como instrumento de modernização do aparelho do Estado. Em 1999, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi criado o Programa da Qualidade no Serviço Público – PQSP, agregando toda a experiência dos programas anteriores e o foco no atendimento ao cidadão, com pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos, o lançamento de Padrões de Atendimento ao Cidadão e a implementação de unidades de atendimento integrado, os SAC – Serviços de Atendimento ao Cidadão. Em 2005 o Governo Federal lançou, por Decreto (nº 5378, de 23/02/2005), o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, unificando o Programa da Qualidade com o Programa Nacional de Desburocratização.”

FERREIRA, André Ribeiro. Modelo de excelência em gestão pública no governo brasileiro: importância e aplicação. XIV Congresso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la Administración Pública. Salvador, 2009.

76. Na evolução dos serviços públicos, em busca da excelência, é correto afirmar que os programas citados cronologicamente evoluem nos conceitos da qualidade da seguinte forma:

- A) Gestão de processos → Gestão de resultados → Qualidade no atendimento ao cidadão → Gestão de resultado orientado ao cidadão.
- B) Gestão de resultados → Gestão de processos → Qualidade no atendimento ao cidadão → Gestão de resultado orientado ao cidadão.
- C) Qualidade no atendimento ao cidadão → Gestão de resultados → Gestão de resultado orientado ao cidadão → Gestão de processos.
- D) Qualidade no atendimento ao cidadão → Gestão de resultado orientado ao cidadão → Gestão de processos → Gestão de resultados.
- E) Gestão de processos → Gestão de resultado orientado ao cidadão → Qualidade no atendimento ao cidadão → Gestão de resultados.

A questão 77 refere-se ao texto abaixo.

“O orçamento público reúne, de forma sistemática e organizada, todas as receitas estimadas para um determinado ano e o detalhamento das despesas que o governo espera executar. Na sua forma, portanto, ele é um documento contábil de receitas e despesas. Nos termos da Constituição Federal de 1988, o sistema orçamentário é composto de leis orçamentárias, dos órgãos envolvidos no processo orçamentário e das normas que regem a elaboração e execução dessas leis”.

SANTOS, Rita de Cássia. *Plano plurianual e orçamento público* / Rita de Cássia Santos. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 106p.

77. Dadas as afirmativas abaixo,

- I. O Plano Plurianual – PPA define as estratégias, diretrizes e metas do governo para o médio prazo. Não se trata apenas de propor ações a serem implementadas em dado período, mas sim de instituir um plano de ação que, partindo de um planejamento estratégico, discrimine os objetivos de governo a serem perseguidos durante o mandato do chefe do poder executivo, estabeleça os programas setoriais a serem implementados e defina as fontes de financiamento e as metodologias de elaboração, gestão, avaliação e revisão dos programas. O PPA abrange, ainda, as ações não orçamentárias que contribuam para os objetivos dos programas.
- II. As despesas de capital previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA são aquelas relativas, principalmente, a obras, instalações, equipamentos e material permanente, ou seja, despesas que contribuam, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital (Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001). Há, ainda, as despesas decorrentes das despesas de capital que envolvem todos os gastos relacionados à manutenção das obras, às instalações, aos equipamentos e ao custeio de sua utilização e funcionamento. Por exemplo, a construção do edifício-sede de um hospital é despesa de capital da qual decorrem importantes despesas correntes, relacionadas não somente com a manutenção do prédio, mas também com o funcionamento dos serviços de saúde ao qual o prédio se destina (contratação e remuneração dos médicos, aquisição de medicamentos, pagamento de energia, água, telefone etc.).
- III. A Lei Orçamentária Anual – LOA é a lei orçamentária que faz a ligação entre o PPA e a LDO. Ela cumpre diversas funções definidas pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual; disporá sobre as alterações na legislação tributária, e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

A questão 78 refere-se ao texto abaixo.

“Nos termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, a qual institui o SINAES, toda instituição de ensino superior, pública ou privada, deverá constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo INEP. Deve ter como objetivos a identificação das fragilidades e das potencialidades da instituição nas dez dimensões previstas pelo SINAES, sendo um importante instrumento para a tomada de decisões institucionais e dele deverá resultar um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões”.

SCAGLIONE, Vera Lucia Telles; COSTA, Marcello Nitz, Avaliação da educação superior e a gestão universitária: Padrões de qualidade definidos pelas instituições de ensino Superior, pelo MEC e pela sociedade, incluindo ENADE, IDD, CPC e IGC. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 2011.

78. Dadas as afirmativas abaixo,

- I. Os resultados das avaliações realizadas pela CPA e pelo INEP devem alimentar o processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho da IES, mas não servem como ferramenta para o planejamento de ações de melhoria permanente da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas.
- II. A autoavaliação é um processo essencial para um gerenciamento de qualidade, isto é, os gestores devem bem apropriar-se dos resultados das atividades avaliativas, tanto internas como externas e com base nesses resultados fazer todo um Planejamento Institucional que vise reverter as fragilidades institucionais e aproveitar melhor suas potencialidades.
- III. A avaliação de apenas uma dimensão permite que se faça um retrato muito fidedigno de uma IES num dado momento. E também que se faça uma avaliação da qualidade geral do serviço por ela ofertado.
- IV. A autoavaliação é opcional, segundo o SINAES para as instituições de ensino superior públicas, devendo as instituições de ensino superior avaliar o seu interesse ou não de mensurarem as dimensões previstas.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) IV, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

A questão 79 refere-se ao texto abaixo.

“De forma diversa de outros setores públicos, organizações militares e científicas institucionalizaram, há bastante tempo, metodologias de gerenciamento de projetos adequadas às respectivas necessidades. E, mais recentemente, com o apoio de organismos internacionais, as organizações dos setores social e ambiental passaram também a trabalhar com soluções metodológicas de gerenciamento de projetos”.

MALMEGRIN, M. L. *Gestão operacional* / Maria Leonídia Malmegrin. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 200p.

79. Com base na citação acima, é correto afirmar:

- A) é importante que, mesmo executados apenas uma vez, os projetos na Administração Pública não precisam ter suas realizações previstas por definições legais.
- B) podem-se identificar projetos que são gerados para implantar, descontinuar ou resolver problemas detectados nos processos, que se denominam como recurso didático de processos-pai – são os projetos transformadores. Essa categoria de projetos configura-se como de iniciativa endógena.
- C) outra categoria de projetos, que são aqueles executados na macroatividade de execução de um processo programado ou híbrido e foram gerados na macroatividade de programação. São os projetos executores de natureza exógena.
- D) pode-se identificar outra categoria de projetos, aqueles usados para operacionalizar determinadas ações “fora da rotina” dos processos a pedido. Exemplos muito frequentes são decorrentes da formação dos tradicionais “grupos de trabalhos”. Esses projetos, mesmo emergenciais, são projetos executores, pois geram produtos e serviços.
- E) projeto não pode ser considerado como um conjunto de atividades (tarefas, ações, procedimentos) de execução única, necessárias e suficientes para obtenção de uma solução ou de um produto, em contextos diretivos, normativos, de recursos e de aprendizado específicos.

80. Dadas as afirmativas abaixo quanto aos contratos administrativos,

- I. O princípio da regência pretende orientar tanto a aplicação de cada modalidade de licitação quanto a sua dispensa. Conforme esse princípio, modalidades de licitação que em tempos normais seriam obrigatórias passam a ser dispensáveis em momentos especiais, como em situações de emergência ou calamidade pública.
- II. A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que estabelece as normas gerais para a licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas (PPP), mediante as quais a Administração Pública, em todas as esferas, passa a contratar empresas privadas para a realização de obras e prestação de serviços que envolvam um montante superior a 20 milhões, transferindo-lhe recursos públicos para a manutenção dos serviços e garantia do seu equilíbrio financeiro somente após a realização das obras contratadas.
- III. A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, disciplina a concessão e permissão de prestação de serviços públicos a agentes privados, e que fornece o quadro legal para as privatizações feitas durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) II.
- B) III.
- C) I e II
- D) II e III.
- E) I e III.